

BR-364 dará proteção à floresta

ESKADA

Para conseguir financiamento do BID, novo projeto da ligação Acre-Pacífico vai incluir controle ambiental.

O governo do Acre não desiste: quer a BR-364 como corredor de exportação pelo Pacífico. A estrada, de 1.745 quilômetros, ligaria a capital, Rio Branco, a Lima, no Peru. A verba para construção da rodovia viria de financiamento externo, mas bancos credores internacionais e ambientalistas pressionam contra a realização dessa construção, que desmataria grande parte da floresta amazônica. O governador do Acre, Flaviano Melo, alterou seus planos e quinta-feira vai apresentar ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington, um novo projeto: aplicar o financiamento pedido — US\$ 334 milhões — em um programa de proteção e controle ambiental do Estado. Somente a partir daí começaria a abrir a estrada, que muito interessa ao governo do Japão, país que importa madeira da Amazônia e lucraria bastante com o encurtamento da distância com a abertura de um novo caminho pelo Pacífico.

Depois de apresentar o projeto ao BID, o governador do Acre pretende, no dia seguinte, reunir-se com ambientalistas norte-americanos e esclarecer os principais pontos do programa. Flaviano Melo dirá que a previsão para concluir o projeto será de cinco anos. Esse é o prazo que ele acredita ser suficiente para convencer o BID a conceder o financiamento para a pavimentação da rodovia até o Peru: "Teremos em mãos um passaporte", assegura.

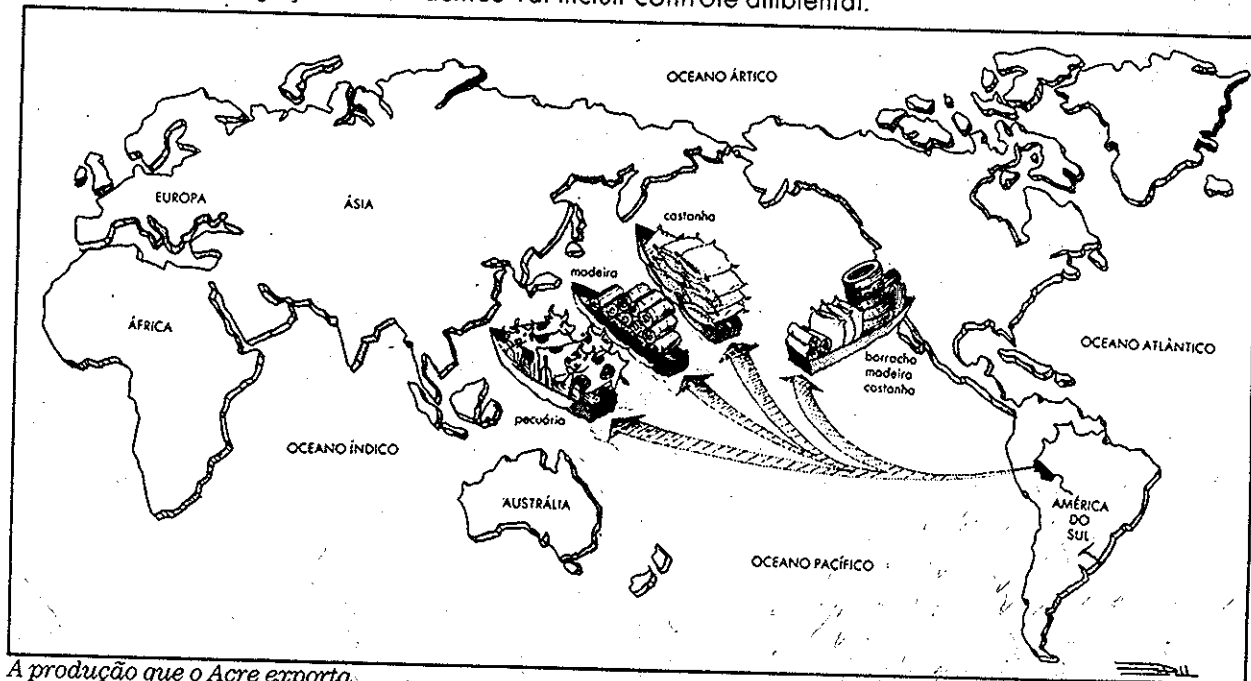
O programa do governo do Acre propõe um desenvolvimento auto-sustentado. Para conseguir esse objetivo, porém, o governo terá de solucionar alguns problemas, como a questão da terra, por exemplo: os que detêm os recursos

naturais não dispõem, hoje, de capital e estrutura para transformação em bases sustentadas. O extrativismo, como base de produção, não gera crescimento econômico, mas tem se configurado como subsistente.

Para o biólogo Eduardo de Souza Martins, do Instituto do Meio Ambiente do Acre, se não for resolvido o problema fundiário do Estado os conflitos sociais vão crescer. Há ainda o que assessores do governo chamam de "conflitos dos desejos" — da opinião pública internacional contra os interesses da região. O que mais preocupa é a disponibilidade de capital para o desenvolvimento econômico contra a capacidade de investimento do governo e da iniciativa privada no Estado: "Se essas questões não forem resolvidas, dificilmente se conseguirá o desenvolvimento auto-sustentado", adverte o governador.

Os acreanos já não estão contra a construção da estrada; apóiam a pavimentação da rodovia, desde que sejam criadas mais reservas extrativistas para os seringueiros e índios. Sem essa garantia e a de um planejamento ambiental a estrada significará o extermínio de milhares de índios e seringueiros, segundo o vereador Raimundo Mendes (PT), que opinou não ser contra os projetos de colonização e a pecuária na região.

Já para o presidente da Associação Comercial, George Pinheiro, deve-se esgotar todas as discussões, como a de ingresso de capital estrangeiro: "Tememos que estes recursos sejam capitalizados para os sindicatos de seringueiros. Se for exclusividade dos povos da floresta vai ocorrer aqui uma revolução cultural".



A produção que o Acre exporta.

Estudo limita exploração

O governo do Acre já preparou estudo de viabilidade técnico-econômica sobre a pavimentação da BR-364. O estudo propõe dois modelos desenvolvimentistas: um tradicional, outro agroflorestal. O primeiro prevê o avanço da fronteira agrícola, e o segundo, um planejamento ambiental e uma política econômica de base florestal.

Na avaliação econômica do modelo agroflorestal, a identificação das áreas existentes de proteção ambiental, reservas indígenas, florestais e extrativistas e a proteção de hidrovias definiriam as possíveis áreas de exploração. De acordo com o estudo, nessas áreas — se todo o projeto fosse desenvolvido de uma só vez —, após 40 anos, a região desmatada não ultrapassaria a 4,4% do território.

Mesmo assim, depois de 70 anos estariam completamente reforestadas. O estudo propõe ainda metas para atingir um benefício líquido de US\$ 168 milhões ao ano, a partir do 16º ano de pavimentação. O governo acha que o estágio atual de conhecimento científico sobre a Amazônia, em especial do Acre, permite estabelecer um sistema de valores para reorientar uma política de ocupação em bases conservacionistas. Alguns problemas podem ser previstos para o modelo. O principal deles é a opinião pública, internacional e nacional, mobilizada e desinformada quanto às reais questões ambientais no Acre. Há os elevados custos de transportes marítimos, por causa dos mecanismos impostos pelas conferências e acordos bilaterais de frete.

Outro problema é o incipiente conhecimento para exploração racional dos recursos naturais da floresta tropical e as barreiras e entradas de produtos com maior valor agregado impostas por países importadores.